



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE PALMITAL**  
**FORO DE PALMITAL**  
**1ª VARA**

Avenida Reginalda Leão, 1500, ., Centro - CEP 19970-000, Fone: (18)  
 3351-1944, Palmital-SP - E-mail: palmital1@tjsp.jus.br  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo Digital nº: 0000854-25.2014.8.26.0415  
 Classe - Assunto: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Contravenções Penais  
 Documento de Origem: TC - 031/2014 - Delegacia de Polícia de Palmital  
 Autor: Justiça Pública  
 Réu: Valdeci Zaqueta  
 Vítima: A Coletividade  
 Artigo da Denúncia: 50 do Decreto-lei nº 3.688/41

Justiça Gratuita

Aos 07 de fevereiro de 2018, às 13:30h, na sala de audiências da 1ª Vara do Foro de Palmital, Comarca de Palmital, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **VICTOR GARMS GONÇALVES**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, deu sua fê que estavam presentes o Exmo. Sr. Dr. **FERNANDO FERNANDES FRAGA**, Promotor de Justiça desta Comarca, o réu acima mencionado devidamente acompanhado de seu Defensor o Dr. **LUIZ RONALDO DA SILVA OABSP 196062** e as testemunhas Osvaldo de Oliveira, Gustavo Novac Garcia e Vadson Ruberval Paulino. Aberta a audiência, pelo Dr. Defensor foi dito "MM Juiz: *a ação penal não merece prosperar tendo em vista que a prova produzida é frágil, visto que existem nos autos tão somente os depoimentos dos policiais civis responsáveis pela suposta apreensão. Ante a isso, tais depoimentos devem ser considerados por Vossa Excelência com a devida cautela, até mesmo porque não se verifica nos autos a versão do acusado.* A seguir pelo MM. Juiz foi dito: "**Vistos: Recebo a denúncia formulada a fl. 75/76, uma vez que há indícios de autoria e materialidade do delito, que devem ser apurados sobre o crivo do contraditório**". Antes de iniciar a oitiva das testemunhas, foi indagado às partes se poderia o Juízo iniciar fazendo as perguntas e posteriormente dar a palavra às partes para que fizessem as perguntas, sendo que não se opuseram à essa sistemática. Pelo Dr. Promotor foi dito que desistia da oitiva da testemunha Vadson Ruberval Paulino, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Após, foi colhido o depoimento das testemunhas e interrogado o réu, todos por meio audiovisual nos termos do artigo 405 do CPP e em termos apartados. Foi assegurado o direito de entrevista reservada ao acusado com seu defensor. Antes do interrogatório o Meritíssimo Juiz de Direito fez ao(à) acusado(a) a observação determinada no artigo 186 do Código de Processo Penal. Depois de cientificado da acusação, passou o réu a ser interrogado de acordo com o artigo 187, I a VIII, do Código de Processo Penal, sendo todo o interrogatório gravado por meio de sistema audiovisual. A seguir, pelo MM. Juiz foi dito o seguinte: "**Vistos. Produzida a prova oral, manifestem-se as partes acerca do interesse em eventuais requerimentos de diligências, nos termos do artigo 402, do Código de Processo Penal**". Pela ordem, foi dada a palavra ao DD. Promotor de Justiça, que assim se manifestou: "MM. Juiz, nenhuma diligência a requerer nesta fase". Também foi dada a palavra ao DD. Defensor do réu, que assim se manifestou: "MM. Juiz, nada a requerer nesta fase". Pelo MM. Juiz foi dito que não havendo outras provas a serem colhidas dava por encerrada a instrução e determinou que se passassem aso debates. Dada a palavra ao Dr. Promotor de Justiça o mesmo se manifestou nos seguintes termos: "**MM. Juiz: O TEOR FOI**





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE PALMITAL**  
**FORO DE PALMITAL**  
**1ª VARA**

Avenida Reginalda Leão, 1500, ., Centro - CEP 19970-000, Fone: (18)  
 3351-1944, Palmital-SP - E-mail: palmitall@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**REGISTRADO POR MEIO AUDIOVISUAL.** Dada a palavra ao Dr. defensor o mesmo se manifestou nos seguintes termos: **“MM. Juiz:** Nos termos do § 3º, do artigo 50, da LCP: § 3º *Consideram-se jogos de azar: a) o jogo em que o ganho e a perda dependem exclusiva ou principalmente da sorte;* No caso concreto, ao acusado é imputada a exploração do jogo de Pôquer, na modalidade denominada como Texas Hold'em. Conforme artigo publicado Por Gabriel Jordão, Engenheiro de Software, no **BOLETIM NACIONAL DE LOTERIAS**, o jogo de Pôquer não pode ser considerando como jogo de azar; Vejamos o conteúdo do Artigo: *“No caso do pôquer o resultado favorável depende preponderantemente da habilidade do jogador e o fator sorte, apesar de influir, não é o principal... ”Ou seja, se alguém se dedicar ao estudo do pôquer e aprender as regras e habilidades, ele certamente terá chances de obter mais êxito contra jogadores que não dominam tais habilidades. Num jogo de azar o jogador não pode com suas habilidades interferir no resultado final da partida. No jogo de pôquer o jogador habilidoso pode mudar o curso da "sorte" e ganhar a disputa. No sistema de campeonato, não há apostas em dinheiro. O concorrente paga uma inscrição e recebe um número de fichas cujo valor é simbólico para efeito da disputa. O que está concorrendo é um prêmio ao final da competição. Porém a inscrição visa também arcar com os custos do campeonato. “Isso acontece também em esportes como o golfe e o tênis dentre outros”, sentenciou Homem de Carvalho. O matemático Oswald de Souza ensina na reportagem Jogos de Azar ou Sorte? Postada no BNL “sobre as diferenças entre os jogos de azar e os jogos de habilidade.” Para não ser considerado “jogo de azar” ou de “sorte” os jogadores têm que ter conhecimento e habilidade sobre as modalidades em disputa, como no “blackjack, pôquer, biriba, pif-paf, tranca, jockey e loteria esportiva”, comentou Oswald. Acrescente-se que já há um LAUDO PERICIAL OFICIAL do Instituto de Criminalística da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, assinado pelos peritos Willian do Amaral Jr. e Karla Horti Freitas onde os peritos concluem:” Trata-se de um jogo de habilidade, pois ficou constatado que a habilidade do jogador que participa desta modalidade de jogo, depende da memorização, das características (número e cor) das figuras apresentadas no decorrer do jogo e do conhecimento das regras e estratégia em função desses fatores, sendo porém, resultado final desta modalidade de jogo aleatório ”. (destaquei). O parecer citado do Instituto Ricardo Molina, talvez o perito mais conhecido e respeitado do Brasil, é ainda mais contundente. Ao final de 26 páginas, onde há cálculos matemáticos, planilhas e outros, ele conclui de forma inequívoca o que mostramos a seguir... Todo esse material é oficial, tem timbre da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e do Instituto do Dr. Ricardo Molina de Figueiredo. Laudo do Laboratório De Perícias Dr. Ricardo Molina Laboratório de Perícias Prof. Dr. Ricardo Molina de Figueiredo Discussão À Luz Da Legislação Brasileira Atual e Conclusões: A legislação Brasileira não é totalmente clara a respeito do tema. Assim é que, no único ponto da legislação no qual se trata diretamente do assunto, a saber o Decreto Lei 3688 de 1941, o qual no Capítulo VII, tratando das contravenções relativas à Polícia de Costumes, define como “jogo de azar ”, no Artigo 50, § 3, Alínea a, “o jogo em que o ganho e a perda dependem exclusivamente ou principalmente da sorte ”. Ora, de forma como redigida, a observação é um tanto confusa. Convenhamos que exclusivamente e principalmente “são termos com significados bastante distintos”. Só podemos entender, pois, que o “ou” usado pelo legislador é exclusivo. “Assim, bastaria que o jogo, para não ser considerado” de azar “não dependesse” principalmente “da sorte”. A discussão na seção III mostra inequivocamente que o fator “habilidade” é, no mínimo, importante para o sucesso no Texas Hold'em. A quantificação precisa deste fator em comparação com o fator “sorte” seria impossível, mas para o que se precisa demonstrar aqui, não é preciso relacionar os dois fatores. Com efeito, como demonstramos matematicamente na seção II.4, se um dos jogadores*




**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE PALMITAL**
**FORO DE PALMITAL**
**1ª VARA**

Avenida Reginalda Leão, 1500, ., Centro - CEP 19970-000, Fone: (18)

3351-1944, Palmital-SP - E-mail: palmitall@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

tem maior habilidade do que outro (independentemente de quanto mais habilidoso ele seja, ou qual habilidade ele tenha desenvolvido), necessariamente este jogador (o mais habilidoso), obterá mais ganhos ao fim de uma sequência de partidas (e tanto maior será o ganho quanto maior for o número de partidas). Considerando que o Texas Hold'em, assim como outras modalidades de Pôquer, sempre são jogados em longas séries de partidas, podemos afirmar, com segurança, que a habilidade é decisiva para definir o vencedor. Observe-se que esta conclusão vale tanto para o Texas Hold'em "ao vivo" como para os jogos on line, visto que, basicamente, a única informação não disponível em jogos na Internet é a visual. Todas as demais, ou seja, estimativa de probabilidade, histórico de ações dos oponentes e outras, continuam disponíveis. Assim, voltemos ao texto do Decreto Lei 3688/41. Fala-se ali de "jogo de azar "como sendo aquele em que" o ganho e a perda dependam exclusivamente ou principalmente da sorte ". Com certeza, "podemos afirmar que no Texas Hold'em não se depende" exclusivamente "da sorte. Quanto ao termo 'principal (mente)", a definição que mais se aplica à discussão em tela, segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, é a entrada 5, ou seja, "de maior relevância, decisivo". Como vimos e demonstramos, inclusive matematicamente, a habilidade é decisiva para o ganho no Texas Hold'em. De acordo, pois, com a definição dada no texto do Decreto Lei 3388/41, ou por qualquer outro critério no qual o nível de habilidade do jogador é decisivo para o ganho, a modalidade de Pôquer conhecida como Texas Hold'em não pode ser considerada jogo de azar. "Dentro do Laudo que tem 26 páginas há um trecho que parece perfeito para acabar com qualquer dúvida: "Numa partida disputada em Internet, analisada por nós, de 118 rodadas, 75 terminaram em FOLD, ou seja, em 64% das vitórias o ganhador não mostrou suas cartas! "Difícilmente poderíamos classificar um jogo que permite tal desdobramento como "de azar", visto que, na maior parte dos casos sequer se sabe se o ganhador tinha efetivamente o melhor jogo". A Tower Torneios, uma das empresas envolvidas com o poker live e on-line no Brasil, fez o seguinte esclarecimento acerca de tais documentos: Esclarecimento Oficial da Tower Torneios: Tendo em vista a divulgação dos Laudos acerca do TEXAS HOLDEM não poder ser tratado como JOGO DE AZAR, mas sim como um JOGO DE HABILIDADE que de fato é, a TOWER TORNEIOS gostaria de esclarecer:- O Laudo Pericial Oficial do Instituto de Criminalística é documento público, foi feito a pedido do Delegado do 78º DP - DECAP - São Paulo, dr. Alexandre Jorge Daur Filho, assinado pelos peritos Willian do Amaral Jr. e Dra. Katia Horti Freitas. Foi solicitado pelo Delegado quando do fechamento de um Clube em São Paulo, e conforme já foi divulgado nesse tópico, o seu teor é amplamente favorável à qualificação do Texas Holdem como sendo um JOGO DE HABILIDADE - O Laudo do Laboratório de Perícias Prof. Dr. Ricardo Molina de Figueiredo, é de origem particular, integra um conjunto de documentos que a TOWER encaminhou às Redes de TV aberta no Brasil quando das negociações envolvendo a volta do nosso programa ao ar. Este Laudo indiscutivelmente é, até hoje, o documento mais bem elaborado tecnicamente falando acerca do tema." **FONTE: BNL - BOLETIM NACIONAL DE LOTERIAS.** No mesmo sentido colaciona-se aos autos importante artigo jurídico publicado no site jusbrasil.com.br, um dos mais completos em assuntos jurídicos no território Nacional, onde é possível concluir, com clareza solar, que o jogo de pôquer não pode ser considerado jogo de azar, inclusive contendo pareceres de renomados juristas e decisão judicial sobre o assunto. Cotejando-se o caso concreto, as provas produzidas e os esclarecedores estudos acima mencionados (corroborados pelo Laudo segue em anexo), não restam dúvidas no sentido de que o jogo de Pôquer, na modalidade Texas Hold'em, não pode ser considerado como jogo de azar e, por isso, não se subsume ao tipo contravencional mencionado na denúncia, atraindo a atipicidade da conduta. Aliás, em matéria correlata, o site jurídico Conjur publicou artigo sobre caso semelhante ocorrido no Estado de






**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE PALMITAL**  
**FORO DE PALMITAL**  
**1ª VARA**

Avenida Reginalda Leão, 1500, ., Centro - CEP 19970-000, Fone: (18)  
 3351-1944, Palmital-SP - E-mail: palmitall@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Santa Catarina, onde o Poder Judiciário autorizou a realização de torneio sob o fundamento no sentido de que tal modalidade de jogo não é proibida (doc. anexo). Nem se diga que o acusado arrecadava dinheiro com o jogo, posto que, no caso concreto, a cobrança de determinada quantia dos apostadores ocorria exclusivamente para cobrir as despesas com aquisição de baralhos, fichas, despesas com água, luz, material de limpeza, pagamento de faxineira e, principalmente, para custear as despesas com aquisição de gêneros alimentícios, uma vez que, nos dias em que eram combinados os jogos, geralmente na quarta ou na sexta-feira, era fornecida janta para todos os participantes, os quais concordavam em ratear a despesa, consistindo numa verdadeira confraternização. Aliás, cabe destacar que na época dos fatos o acusado cursava faculdade de matemática, período noturno, na cidade de Jacarezinho/PR. Ante o exposto, respeitosamente **requer-se** a absolvição do acusado em razão da atipicidade da conduta. Em qualquer caso, seja determinada a restituição dos bens apreendidos, oficiando-se à autoridade Policial nesse sentido " A seguir pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte decisão: "*Vistos: Relatório dispensado nos termos do art. 81, §3º da Lei 9.099/95. Fundamento e decidido.* É caso de absolvição. Como bem ressaltado pelo Ministério e nobre Defesa o jogo de pôquer não é jogo de azar, pois não depende *-exclusiva ou principalmente da sorte-* (DL 3.688/41, art. 50, a), norma cujo rumo não pode ser invertido, como se dissesse que *de azar* é o jogo cujo ganho ou perda não depende exclusiva ou principalmente da habilidade. É o contrário. Diz que pode prevalecer é o *fator sorte*, e não que deve prevalecer o *fator habilidade*. No pôquer, o valor real ou fictício das cartas depende da habilidade do jogador, especialmente como observador do comportamento do adversário, às vezes bastante sofisticado, extraindo daí informações, que o leva a concluir se ele está, ou não, blefando. Não por acaso costuma-se dizer que o jogador de pôquer é um blefador. Por sua vez, esse adversário pode estar adotando certos padrões de comportamento, mas ardilosamente, isto é, para também blefar. Por exemplo, estando bem, mostra-se inseguro, a fim de o adversário aumentar a aposta, ou, estando mal, mostra-se seguro, confiante, a fim de o adversário desistir. Em suma, é um jogo de matemática e de psicologia comportamental. Nesse sentido, resta afastada a atipicidade da conduta do acusado. Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a pretensão deduzia na inicial para **absolver VALDECI ZAQUETA** da acusação com fundamento no art. 386, inciso III, CPP. Após o trânsito em julgado, restitua-se os objetos apreendidos e que pertencem ao acusado. Concedo a defesa o prazo de 5 dias para juntada do laudo pericial mencionado nas alegações finais, dada a impossibilidade de se constar deste termo. Custas na forma da lei. **Publicada em audiência, saem os presentes devidamente intimados**". NADA MAIS. Lido e conforme, vai devidamente assinado. Eu,  Karyna Letícia Rodrigues Antunes Santaella, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a):

Promotor(a): 

Defensor: 